



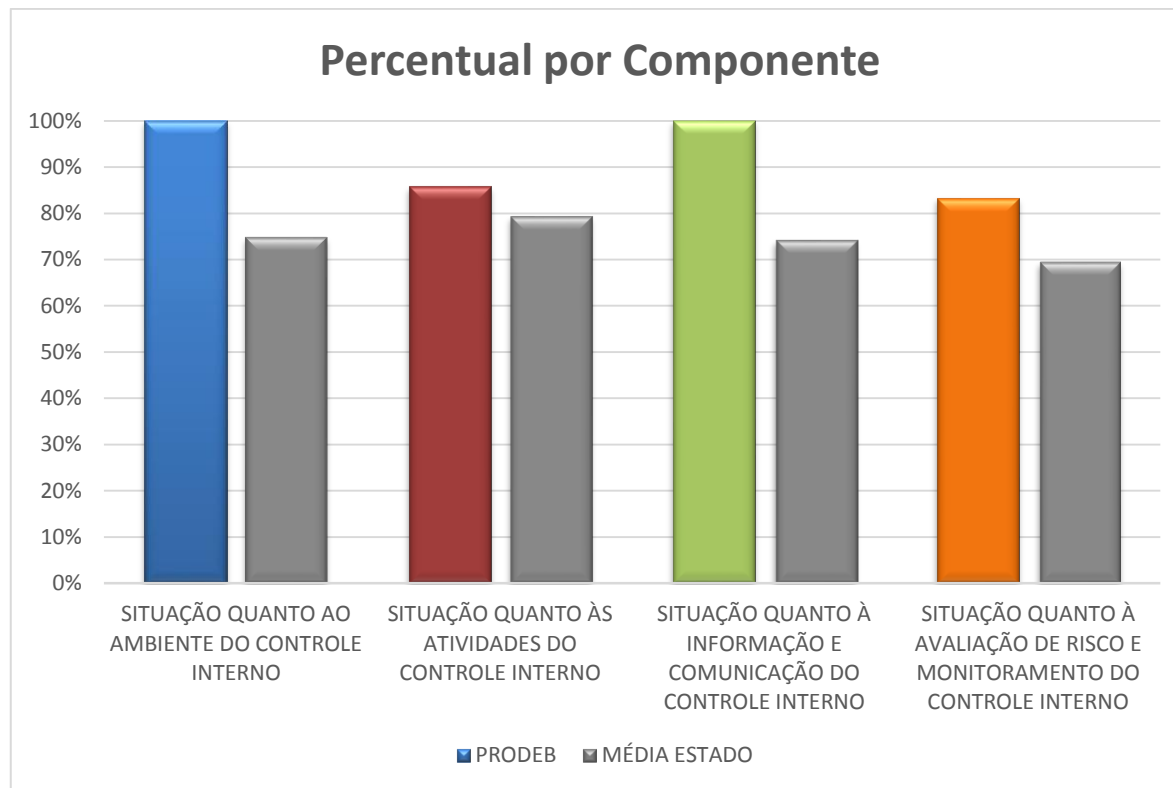
**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**SECRETARIA DA FAZENDA**

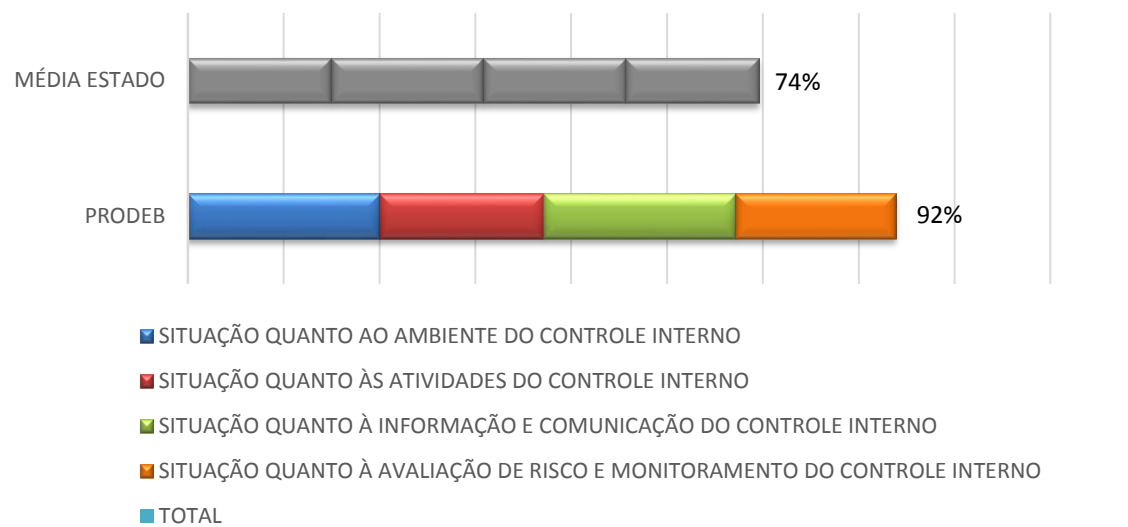
**AUDITORIA GERAL DO ESTADO**

**Resultado do Checklist demandado pela Solicitação de Inspeção Nº 02/2018**

**Prodeb**



## PERCENTUAL TOTAL



QUESTÃO		PRODEB	MÉDIA ESTADO
<b>Quanto ao Ambiente de Controle</b>			
1	Existe uma Coordenação de Licitações ou similar, formalmente instituída.	2	1,8
1.1	Caso positivo, essa área dispõe de pessoal em quantidade e perfil adequados ao volume e especificidades do órgão.	2	1,3
2	Existe um Plano Anual de Aquisições aprovado pela mais alta autoridade da organização.	2	1,3
3	As aquisições são feitas de modo centralizado.	2	1,7
4	Existe um Código de Conduta na relação com os licitantes.	2	0,9
5	A Comissão de Licitações passa por rodízio periódico de parte de seus membros.	2	1,7
6	É realizada audiência pública, nos casos de licitações que envolvam aquisições complexas e de caráter inovador, a fim de que a organização possa colher informações do mercado para elaborar a melhor solução.	2	1,5
7	Nas contratações/aquisições de maior vulto e complexidade é feita análise preliminar para verificar a viabilidade técnica e econômica e submetida à aprovação da alta administração.	2	1,7
8	Há comissão técnica para auxiliar a Comissão de Licitação nas decisões relativas às aquisições de maior vulto e complexidade, em especial aquelas da modalidade técnica e preço.	2	1,6
9	Há programa contínuo de capacitação sobre aquisições.	N/A	1,3
10	A Comissão de Licitação tem perfil técnico adequado e é composta por servidores efetivos e devidamente capacitados.	2	1,6
<b>Quanto às Atividades de Controle Interno</b>			
11	Termo de Referência (TR) é elaborado pela área técnica demandante, com apoio necessário da Coordenação de Licitações, por servidor com perfil e conhecimento do objeto a ser licitado.	2	1,7
12	Nas aquisições/contratações onde há alternativas de solução a opção escolhida é devidamente justificada sob o ponto de vista técnico, de economicidade, de conveniência e oportunidade.	2	1,8
13	Na Coordenação de Licitações ou similar há controle centralizado de todas as licitações realizadas.	2	1,9
14	Há manifestação expressa do responsável pela área demandante quanto à opção escolhida de parcelamento ou não da solução, considerando viabilidade técnica, econômica, ganho de escala e melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.	1	1,5
15	É utilizado edital padrão elaborado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/BA).	2	1,9
16	Existe normativo interno estabelecendo procedimentos para elaboração de estimativa de preços.	2	1,1
17	Há manifestação do técnico responsável pela elaboração do TR e coleta de preços pela adequação do preço estimado da contratação aos preços de mercado.	2	1,8
18	Há aprovação formal do TR e do preço referencial por superior hierárquico dos servidores que os elaboraram (princípios da segregação de funções e da responsabilização conjunta).	2	1,6

19	É utilizado, preferencialmente, o Pedido de Cotação Eletrônica (PCE) do Comprasnet nos processos de dispensa de licitação fundamentado no inciso II, do art. 59, da Lei Estadual 9.433/2005 (aquisições de pequeno valor).	N/A	1,7
20	Há normativos internos que complementem os procedimentos previstos no SEA/Saeb para a área de licitações.	N/A	0,7
21	Os processos licitatórios são iniciados tempestivamente, de modo a evitar sua realização muito próxima ao término dos contratos.	1	1,2
22	Nos casos de contratos de caráter contínuo, a prorrogação ou não é justificada quanto à vantajosidade da conveniência de prorrogar ou licitar.	2	1,8
23	Há priorização de pregão eletrônico nas aquisições de bens e serviços comuns, nos termos da Lei Estadual nº 9.433/2005, e justificativa expressa em caso de opção pelo pregão presencial ou por outra forma de aquisição.	2	1,9
24	Pregoeiro inicia a instauração do procedimento administrativo para apuração dos casos em que o vencedor da fase de lances não é o adjudicatário do objeto do certame.	0	1,5
25	São atendidas as recomendações da PGE/BA ou do órgão de assessoramento jurídico da unidade e, no caso de adoção de procedimento diverso do indicado pela área jurídica, há justificativa nos autos do processo.	2	2,0
26	Os processos licitatórios são revisados, antes da homologação, por servidor que não tenha participado do certame, com adoção de instrumento de checklist que verifique os procedimentos legais e os demais necessários ao regular andamento das licitações.	2	1,0
<b>Quanto à Informação e Comunicação</b>			
27	O Plano Anual de Aquisições é divulgado para todas as partes interessadas.	2	1,2
28	Os procedimentos previstos no Sistema Estadual de Administração (SEA/Saeb) para área de licitações é difundido entre os servidores envolvidos (Coordenador de Licitação e gestores de áreas demandantes).	N/A	1,3
29	Há divulgação interna e entre os fornecedores dos canais institucionais para receberem denúncias sobre impropriedades na execução dos processos licitatórios.	2	1,4
30	A unidade setorial de Ouvidoria dá conhecimento por escrito à Coordenação de Licitações e à direção superior de qualquer registro de irregularidade envolvendo os processos licitatórios.	2	1,7
31	O Presidente da Comissão de Licitação dá imediata ciência, por escrito, ao Coordenador de Licitações, dos incidentes e ocorrências da licitação que possam prejudicar o andamento da aquisição pretendida.	2	1,7
<b>Quanto à Avaliação de Risco e Monitoramento</b>			
32	A alta administração acompanha a execução do Plano Anual de Aquisições para correção de desvios.	2	1,6
33	A CCI ou unidade equivalente inclui dentre suas atividades o monitoramento do Plano Anual de Aquisições.	1	0,7
34	Nos Planos de Ação das CCIs e unidades equivalentes estão incluídas inspeções para análise de conformidade das licitações, em especial daquelas de maior relevância material e estratégica.	2	1,5